

RELAÇÕES DE GÊNERO NA FEIRA DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DA FACE/UFMG (ST 12)

Lara Araujo Delgado

FACE/UFMG | laradelgado@hotmail.com

Layla Grigorio Seabra

FACE/UFMG | laylagrigorioseabra@gmail.com

Julia Sanders Paolinelli

PPG Geografia/UFMG | juliasanderspaolinelli@gmail.com

Nicolý Pereira Matos

FACE/UFMG | nicolyprmatos@gmail.com

Sibelle Diniz

Cedeplar/UFMG | sibelle.diniz@gmail.com

Sessão Temática 12: Assessoria técnica territorial e extensão universitária

Resumo: A Feira de Economia Popular e Solidária (EPS) da FACE/UFMG, vinculada ao grupo Colmeia, ocorre mensalmente no campus e reúne empreendimentos da Região Metropolitana de Belo Horizonte. O projeto baseia-se em três objetivos centrais: i) expandir os espaços de comercialização da EPS dentro da Universidade; ii) aproximar a comunidade da UFMG da discussão sobre EPS e temas relacionados, possibilitando ações de formação, ensino e pesquisa ligadas à feira; iii) fomentar um processo de gestão coletiva das feiras, por meio da parceria entre o Colmeia e os empreendimentos participantes. O artigo explora as relações de gênero e o papel feminino na Feira e serão apresentados dados quantitativos e qualitativos coletados junto aos feirantes, que serão discutidos à luz de contribuições da economia feminista. A análise aponta para a necessidade de diálogos sobre gênero e práticas pedagógicas que tornem a gestão coletiva mais inclusiva, fortalecendo a articulação entre cuidado e produção.

Palavras-chave: Gênero; Feira; Comercialização; Economia Popular e Solidária.

GENDER RELATIONS AT THE FACE/UFGM POPULAR AND SOLIDARITY ECONOMY FAIR

Abstract: *The Popular and Solidarity Economy Fair (EPS) at FACE/UFGM, linked to the Colmeia group, is a monthly event held on campus and brings together local entrepreneurs from the Belo Horizonte Metropolitan Region. The project is based on three central objectives: i) to expand the spaces for the commercialization of EPS within the University; ii) to bring the UFGM community closer to the discussion on EPS and related subjects, enabling education, teaching and research actions linked to the fair; iii) to foster a process of collective management of the fairs, through a partnership between Colmeia and the participating entrepreneurs. The article explores gender relations and the role of women at the fair and will present quantitative and qualitative data collected from the participants, which will be discussed in the light of contributions of feminist economics. The analysis points to the necessity of dialogues on gender and pedagogical practices that make collective management more inclusive, strengthening the link between caretaking and production.*

Keywords: Gender; Fair; Commercialization; Popular and Solidarity Economy.

RELACIONES DE GÉNERO EN LA FERIA FACE/UFGM DE ECONOMÍA POPULAR Y SOLIDARIA

Resumen: *La Feria de Economía Popular y Solidaria (EPS) FACE/UFGM, vinculada al grupo Colmeia, se realiza mensualmente en el campus y reúne empresas de la Región Metropolitana de Belo Horizonte. El proyecto se basa en tres objetivos centrales: i) ampliar los espacios de comercialización de la EPS dentro de la Universidad; ii) acercar a la comunidad de la UFGM a la discusión sobre la EPS y temas afines, posibilitando acciones de formación, enseñanza e investigación vinculadas a la feria; iii) fomentar un proceso de gestión colectiva de las ferias, a través de una asociación entre Colmeia y las empresas participantes. El artículo explora las relaciones de género y el papel de las mujeres en la feria y presentará datos cuantitativos y cualitativos recogidos de las feriantes, que serán discutidos a la luz de las contribuciones de la economía feminista. El análisis apunta a la necesidad de diálogos sobre género y prácticas pedagógicas que hagan más inclusiva la gestión colectiva, fortaleciendo el vínculo entre cuidado y producción.*

Palabras clave: Género; Feria; Comercialización; Economía Popular y Solidaria.

INTRODUÇÃO

A Feira de Economia Popular e Solidária (EPS) da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (FACE/UFMG) é uma iniciativa do Grupo Colmeia, um programa de extensão da universidade que promove a EPS e tem como objetivo principal construir uma agenda de formações e espaços comuns dentro e fora da Universidade, a fim de compreender as práticas e os desafios da EPS na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Suas ações são estruturadas a partir do diálogo e da aproximação entre os saberes acadêmico e popular, buscando a co-construção de conhecimentos e de métodos inovadores de compreensão das práticas econômicas populares e solidárias, bem como de ações de fortalecimento dessas práticas. Realizada mensalmente no campus da UFMG, a feira reúne uma diversidade de empreendimentos da EPS da RMBH, abrangendo setores como alimentação, agroecologia, artesanato, confecções, higiene e limpeza (cosmética natural), e reciclagem.

A Feira de EPS da FACE/UFMG tem uma presença significativa de empreendimentos liderados por mulheres e com grande participação feminina. Essa presença se deve em parte à priorização de empreendimentos liderados por mulheres, o que tem sido uma das diretrizes da feira. Podemos relacionar essa presença a uma série de fatores que fazem com que a EPS se apresente como uma alternativa econômica para muitas mulheres que encontram barreiras para acessar o mercado de trabalho formal. Para além da EPS ser uma alternativa de renda, ela também motiva a construção de novos caminhos de vida pautados na autonomia e na construção de laços de solidariedade que possibilitam um distanciamento de situações de violência e de dependência econômica e emocional vivenciadas, sobretudo na esfera familiar.

O potencial da EPS em questionar hierarquias de gênero pré-estabelecidas e de ser um campo de articulação política protagonizado por mulheres aponta no sentido de uma aproximação da EPS com o campo da Economia Feminista. A Economia Feminista é um campo que se estabeleceu na década de 1990 desafiando a visão ortodoxa que restringe o campo econômico às atividades de produção e troca no mercado. Em vez disso, propõe uma redefinição da economia que inclui o trabalho não remunerado, principalmente aquele realizado no âmbito doméstico e nos cuidados, que é historicamente atribuído às mulheres. Ao fazer isso, a Economia Feminista expõe como as tarefas realizadas por mulheres e corpos feminizados invisibilizadas e desvalorizadas são fundamentais para a sustentação do sistema capitalista e que sua marginalização da esfera da "produção" é funcional para a reprodução social desse sistema. Ao mesmo tempo que evidencia fundamentos econômicos para a opressão de gênero, pautados em uma divisão sexual do trabalho, que separa e hierarquiza os papéis de gênero, a Economia Feminista também propõe o campo da reprodução social e do cuidado como um campo político em que é possível emergir uma subjetividade feminista que procura "desacatar, subverter e transformar a ordem capitalista, colonial e patriarcal." (GAGO, 2020, p.).

Muitas mulheres da EPS vivenciam em seu cotidiano uma série de desafios relacionados ao “ser mulher” e toda a carga que isso acarreta, ao mesmo tempo em que apostam em seu envolvimento com a EPS para a construção de relações que desafiem e aliviem essas cargas históricas. Este artigo tem como principal objetivo analisar as relações de gênero e o papel das mulheres na Feira de EPS da FACE/UFMG investigando o recorte de gênero presente no contexto da feira, a fim de compreender como essas dinâmicas influenciam a experiência das mulheres participantes. Para além disso, o artigo busca discutir o potencial dos processos de autogestão em fazer frente a essas dinâmicas, tendo como apoio relatos coletados em rodas de conversa durante edições da feira realizadas desde o segundo semestre de 2023 até o presente momento. Esses relatos expõem os desafios enfrentados pelas mulheres na conciliação entre o trabalho produtivo e não remunerado, bem como na afirmação de sua liderança dentro dos empreendimentos. A análise do contexto específico da Feira aponta para uma reflexão das continuidades e discontinuidades entre Economia Popular e Solidária e Economia Feminista, buscando avaliar as potencialidades e os desafios na aplicação dos princípios e práticas da EPS na construção de uma “outra economia” que, para além de valorizar a solidariedade e a inclusão, também busque subverter as hierarquias de gênero.

Em um primeiro momento, apresentaremos o referencial teórico da EPS e da Economia Feminista, na tentativa de levantar questões que emergem do diálogo entre esses dois campos. Na segunda parte, adentramos o contexto da feira, explicitando a metodologia qualitativa utilizada e apresentando relatos, imagens e percepções coletados durante as edições da atividade, decorrentes do segundo semestre de 2023 até o primeiro semestre de 2024.

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E ECONOMIA FEMINISTA

A Economia Popular e Solidária (EPS) é um conjunto de iniciativas sociais e econômicas que convergem para a proposição de uma “outra economia”, cuja racionalidade se pauta na solidariedade, na inclusão, na sustentabilidade e na emancipação social (Cattani et al., 2019; Diniz, 2019). Na América Latina, incluindo o Brasil, a EPS se organiza predominantemente em torno de unidades domésticas, como famílias, pequenos grupos de produtores, comunidades de vizinhos e grupos étnicos. Essas unidades se estruturam a partir de seu fundo de trabalho, ou seja, do trabalho coletivo e autônomo realizado por seus membros. O objetivo principal dessas iniciativas é a reprodução da vida, um conceito que vai além da simples sobrevivência econômica e engloba a manutenção e o fortalecimento das relações sociais, culturais e comunitárias.

Ao focar na reprodução da vida, a EPS valoriza a economia como um espaço de realização humana e social, onde o trabalho é visto como um meio de construção coletiva e de satisfação das necessidades fundamentais, e não apenas como uma mercadoria. Essa perspectiva está alinhada com as teorias de José Luis Coraggio, que enfatiza a importância

das unidades domésticas e das comunidades locais como núcleos centrais da economia popular. Nessas iniciativas, o mercado, embora presente, não é o único modo de integração econômica; ele convive com outras formas de organização, como a domesticidade, a reciprocidade e a redistribuição (Polanyi, 2011).

A EPS não rejeita completamente o mercado, mas busca subvertê-lo, colocando-o a serviço da vida e da comunidade, adaptando-se às necessidades específicas das comunidades e às condições locais. Tem-se a interseção entre o espaço de vida e o espaço de produção como uma característica da EPS, possibilitando uma economia enraizada nas relações humanas e nas tradições culturais, onde a produção não é apenas um meio de sobrevivência, mas também uma expressão da identidade e da solidariedade comunitária. Assim, pode-se dizer que a EPS não é apenas um conjunto de práticas econômicas alternativas; é uma proposta de transformação social que busca construir um mundo onde a economia esteja a serviço das pessoas e não o contrário.

A Economia Feminista é um campo da economia que busca formular uma crítica feminista ao pensamento econômico dominante. Esse campo, que tem uma diversidade de expressões teórico-políticas, propõe uma ruptura com a centralidade e a primazia da esfera da produção econômica capitalista, buscando posicionar a reprodução social e os trabalhos reprodutivos no centro do debate econômico. De acordo com Fraser (2016, p. 101, trad. própria), os trabalhos reprodutivos são aqueles que envolvem uma série de capacidades sociais ligadas à reprodução social e que são historicamente atribuídas como funções femininas, como “dar luz e criar crianças, cuidar de amigos e familiares, manter lares e comunidades mais amplas e, de modo mais geral, sustentar conexões, disposições afetivas e horizontes de valor que sustentam a cooperação social”. Esses trabalhos têm sido nomeados trabalhos de cuidado ou trabalhos afetivos e, em grande medida, estão relacionados ao trabalho doméstico, apesar de não se restringirem a ele.

Ao evidenciar ao mesmo tempo a invisibilidade e a marginalidade desses trabalhos no sistema econômico, a Economia Feminista explicita como as tarefas invisíveis e desvalorizadas realizadas por mulheres e corpos feminizados são fundamentais para a sustentação do sistema capitalista. Esse trabalho invisibilizado é central para reprodução da força de trabalho e atua como uma condição que possibilita a produção capitalista. Há portanto uma divisão sexual do trabalho que informa a posição econômica, social e simbólica das mulheres e que separa e hierarquiza papéis femininos e masculinos (KERGOAT, 2003). O conceito de divisão sexual do trabalho revela como as tarefas associadas ao feminino—como o cuidado, a educação dos filhos e o trabalho doméstico—são desigualmente distribuídas e desvalorizadas em comparação com o trabalho masculino, geralmente vinculado à esfera produtiva, mais bem remunerado e socialmente reconhecido. Essa divisão não é apenas uma questão de desigualdade econômica, mas também de opressão, pois reforça estereótipos de gênero que mantêm as mulheres e corpos feminizados em posições de subordinação.

A Economia Feminista, bem como outros campos que dialogam com ela, como o feminismo da reprodução social, oferecem uma perspectiva sobre a exploração capitalista em geral, mostrando como o trabalho assalariado é sustentado pela exploração do trabalho reprodutivo. No entanto, para além de explicitar a importância econômica e a exploração invisível do trabalho reprodutivo, a economia feminista revela a reprodução social como um campo de lutas sociais (GAGO, 2020). Isso porque os trabalhos de cuidado são centrais para a reprodução cotidiana da vida, para a criação de laços afetivos e solidários, seja no âmbito doméstico-familiar, seja em redes mais amplas. O caráter disruptivo e político da Economia Feminista está relacionado tanto a visibilização dos trabalhos reprodutivos quanto a busca por uma melhor redistribuição do trabalho reprodutivo entre os gêneros. Esses são dois pontos centrais, mas para além disso, a Economia Feminista questiona a separação entre produção e reprodução, e propõe a reconfiguração dessa relação, apontando no sentido de um horizonte de transformação social e de uma economia voltada à primazia da reprodução social e da sustentabilidade da vida em oposição a uma economia subordinada à produção de valor.

Nesse sentido, como aponta Gago, podemos pensar a Economia Feminista tanto como um “diagnóstico do diferencial de exploração” quanto como uma “economia diversa”, no sentido de Gibson-Graham, ou seja, um conjunto de práticas pré-figurativas que apontam para “uma subjetividade que está por vir, mas que se faz com a materialidade do desejo de outra vida no presente” (GAGO, 2020, p. 148). Ao considerarmos o contexto da EPS, o caráter reprodutivo e questionador dessas economias vai ao encontro da perspectiva da Economia Feminista, sobretudo se considerarmos que na EPS, temos uma grande presença feminina, bem como a forma de produção ser permeada por práticas de cuidado.

Apesar de a separação entre o espaço da produção e da reprodução não ocorrer na EPS da mesma forma que ocorre nas economias capitalistas, uma vez que a produção é realizada no espaço doméstico, ainda assim, é possível que exista uma separação de funções pautada em uma divisão sexual do trabalho que acaba por sobrecarregar mais as mulheres com os trabalhos de cuidado do que os homens, nas relações produtivas, familiares, nos espaços de diálogo e construção coletiva. Isso tem um impacto também na atuação política das mulheres no movimento da EPS, uma vez que, a naturalização dessas sujeitas em posições vinculadas ao cuidado e a sobrecarga de trabalho pode enfraquecer e dificultar uma atuação política mais engajada. Além disso, a visão simbólica que atrela a mulher a posições unicamente de cuidado por vezes pode atuar como uma forma de invalidação de sua atuação em posições de liderança.

Isso mostra que, apesar de ser possível uma convergência entre EPS e Economia Feminista, devido ao caráter reprodutivo de ambas, ainda há um caminho de aproximação e fortalecimento dessa relação a ser percorrido. Ainda observam-se muitas descontinuidades e contradições na relação entre esses dois campos e suas aplicações práticas. O espaço doméstico e comunitário, locus privilegiado do trabalho reprodutivo e de cuidado e das

economias populares, é marcado por tensões e conflitos, relacionados a construção generificada e racializada das subjetividades que os compõem. Tais conflituosidades podem emergir mesmo em contextos de construção solidária e autogestionada. Cabe-nos refletir em que medida esses contextos, no abrem espaços para construção de outras respostas no sentido de uma transformação das relações de gênero pré-estabelecidas.

OS DESAFIOS DAS MULHERES NA AUTOGESTÃO DA FEIRA

A metodologia do projeto da Feira de EPS da FACE/UFMG é feita de maneira colaborativa entre os integrantes do Colmeia (incluindo as autoras do presente artigo) em conjunto com o grupo fixo de empreendimentos, que inclui representantes de cinco setores principais da EPS articulados na feira — alimentação, agroecologia, artesanato, confecções, higiene e limpeza (cosmética natural) e reciclagem —, configurando uma autogestão participativa dentro do campus Pampulha. A metodologia consiste na aplicação de um questionário físico pelos participantes do Colmeia no final de todas as edições das feiras, para todos os empreendimentos participantes. O questionário busca obter informações detalhadas sobre o perfil dos produtores, as características de seus negócios, além de aspectos operacionais e financeiros da participação na feira.

O questionário aplicado pelos membros do Colmeia foca em três grandes áreas: o perfil dos produtores, as dinâmicas do empreendimento e a avaliação da feira. As perguntas abrangem desde questões pessoais, como idade e escolaridade dos feirantes, até informações sobre o tempo de existência e a estrutura dos empreendimentos, incluindo a forma de produção e as fontes de insumos. Além disso, o questionário busca entender a experiência dos feirantes durante o evento, questionando sobre o faturamento, os custos envolvidos e as dificuldades enfrentadas. Esses dados fornecem uma base sólida para a avaliação do impacto da feira e auxiliam na obtenção de dados para a melhoria e desenvolvimento das próximas edições da feira.

No âmbito do projeto da feira, delineiam-se três objetivos estratégicos que buscam promover a EPS tanto dentro do ambiente acadêmico quanto junto à comunidade do entorno do campus: i) expansão dos espaços destinados à comercialização de iniciativas relacionadas à EPS dentro da universidade, visando reduzir um dos principais gargalos relacionados a essa produção: a escassez de oportunidades de comercialização, promovendo espaços de troca de conhecimentos e saberes populares em prol da diversidade de produtos e práticas inerentes à EPS; ii) aproximar a comunidade acadêmica da UFMG das discussões pertinentes à EPS, Agroecologia e temas correlatos, criando um espaço de troca de conhecimentos e promoção de diálogos que rondam os saberes populares advindos dos produtores e produtoras participantes em um processo de aprendizagem mútua, contribuindo assim para o desenvolvimento acadêmico e social; e iii) estimular um processo de autogestão nas feiras, através da colaboração entre os integrantes do grupo Colmeia e dos empreendimentos participantes, promovendo a

responsabilidade compartilhada e a autonomia dos empreendimentos no direcionamento e na execução das feiras.

O modelo de autogestão adotado pela feira reflete princípios fundamentais da economia solidária, onde a cooperação e o compartilhamento de responsabilidades são centrais. Os empreendimentos participantes não são meros beneficiários do projeto; eles são agentes ativos na organização e no desenvolvimento da feira, com atuação direta em decisões do projeto, como os temas das atividades formativas e as ações de divulgação, fortalecendo seu senso de pertencimento e responsabilidade. Além disso, a participação do grupo fixo também está presente em processos gestionários como a elaboração de chamadas públicas para a participação de outros empreendimentos (o grupo rotativo), a seleção de novos participantes e a definição do cronograma semestral de feiras. Para selecionar os empreendimentos do grupo rotativo, foram definidos critérios de classificação alinhados com critérios de priorização: i) participar de fóruns, grupos e/ou redes de EPS ou Agroecologia (ou, para os que não participam, demonstrar interesse de participar de atividades formativas no tema); ii) possuir sede na RMBH, território-alvo do projeto; iii) no caso dos alimentos, estar alinhado à discussão da agroecologia e/ou da produção orgânica;

iv) produzir a maior parte dos produtos, ou seja, os empreendimentos não podem atuar como atravessadores ou revendedores.

Contudo, os critérios de priorização têm um peso maior para o presente artigo, visto que é neste momento que o recorte de gênero é implementado na feira. São priorizados os empreendimentos: i) formados por maioria de pessoas negras e indígenas, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural e étnica, promovendo uma economia que reflete a pluralidade da sociedade e maior controle sobre seus meios de produção e a comercialização de seus produtos.; ii) em que as mulheres compõem mais de 50% do pessoal envolvido, pensando no enfrentamento à divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres são frequentemente relegadas a funções subalternas e mal remuneradas, além de fortalecer a coesão social e a solidariedade entre as feirantes selecionadas; e, por fim, iii) formados por mais de 3 pessoas, diferenciando a feira das práticas econômicas tradicionais ao promover a cooperação, a autogestão e a participação democrática. Estes critérios foram projetados para promover inclusão e equidade para garantir visibilidade e oportunidades para grupos historicamente marginalizados.

A priorização dos empreendimentos com grande presença feminina nos possibilita, a partir do olhar da Economia Feminista, observar com mais cuidado os desafios vivenciados por essas mulheres, relacionados aos constrangimentos de sua atuação política e as dificuldades em equilibrar trabalho produtivo com trabalho doméstico não remunerado. Objetivando perpassar por estes desafios e colaborar nos enfrentamentos, o grupo Colmeia promove, durante as feiras, rodas de conversas com temáticas selecionadas de acordo com as necessidades pontuadas pelos(as) feirantes. Desde o segundo semestre de 2023, o recorte de gênero e autogestão foi altamente articulado durante a feira entre as pessoas

selecionadas. É neste sentido que, ao promover as rodas de conversa, o grupo (sob a permissão dos(as) participantes) coleta relatos, fotografias e materiais audiovisuais visando complementar a atividade com os registros da mesma.

Figura 1 - Roda de conversa realizada na edição de abril de 2024.



Fonte: Acervo do Grupo Colmeia, 2024.

Figura 2: Roda de conversa realizada na edição de abril de 2024.



Fonte: Acervo do Grupo Colmeia, 2024.

Figura 3 - Roda de conversa realizada na edição de abril de 2024.



Fonte: Acervo do Grupo Colmeia, 2024.

Na última edição da feira de 2023 e na primeira de 2024, tanto nas conversas informais entre os integrantes do grupo Colmeia quanto nas rodas de conversa com o tema central "o papel da mulher na autogestão das feiras", foi possível analisar as perspectivas dos feirantes sobre a organização e o processo de autogestão. Essas discussões colocaram a figura da mulher no centro do debate. O maior problema apresentado pelas feirantes é a marginalização do trabalho doméstico e a tendência das opiniões de mulheres serem excluídas ou ignoradas quando em um espaço onde há figuras masculinas presentes, mesmo que em menor escala. Foi através da discussão das dinâmicas de poder de gênero em processos de autogestão que passou a ser possível entender como as desigualdades de gênero se manifestam mesmo em contextos que buscam promover a igualdade e a autonomia, como a feira.

Paul Singer (2003) descreve que a EPS parte da premissa de construir ambientes democráticos que buscam a igualdade como princípio básico de organização. A autogestão, que muitas vezes se apresenta como uma alternativa ao modelo tradicional de organização hierárquica, pode desafiar as desigualdades de poder baseadas no gênero, dependendo de como os processos internos são estruturados. Ao reconhecer a importância da participação feminina, especialmente em contextos de autogestão, as feiras se tornam ambientes mais inclusivos e equitativos, onde as contribuições de todos são valorizadas e o trabalho coletivo reflete a diversidade e a igualdade entre as pessoas participantes.

Contudo, as desigualdades de gênero se manifestam e persistem em processos de autogestão, mesmo em contextos que buscam promover a igualdade, a autonomia e a horizontalidade entre os membros. O processo autogestionário pode ser desafiador e contraditório para muitas mulheres que participam da EPS, uma vez que elas vêm nesses ambientes uma possibilidade de serem reconhecidas e ouvidas, se sentindo parte da organização de forma horizontal, ao mesmo tempo em que essa participação desafia e provoca o enfrentamento de situações que inibem ou dificultam sua participação ativa ou que reproduzem uma divisão sexual do trabalho que intensifica sua sobrecarga.

Um exemplo desse cenário ocorreu durante as edições da feira, uma vez que foi possível perceber que, mesmo com os princípios de igualdade como base da organização, as mulheres frequentemente acabam assumindo tarefas que são menos visíveis ou menos valorizadas, tais como: i) chegar mais cedo para auxiliar na montagem das barracas de todos os participantes, ii) ajudar na limpeza do local após o encerramento e iii) guardar todo o material em conjunto dos membros do grupo Colmeia. Esse trabalho, embora incentivado, tende a ser desvalorizado e não reconhecido como um esforço coletivo. Essas ações são um trabalho laboral que se assemelha muito com o trabalho doméstico atribuído socialmente às figuras femininas.

Na roda de conversa sobre o papel da mulher dentro da autogestão das feiras, as feirantes relataram que a autonomia e a liderança feminina muitas vezes encontram resistência e desrespeito por parte dos homens: “O feminino encontra dificuldade com o masculino, às vezes, muitos homens que trabalham comigo não me respeitam muito e preciso me impor”, “Para o homem, é muito difícil ver uma mulher independente e à frente da vida e da sociedade, antes nem era permitido uma mulher estar nessa posição e pra eles é difícil ver esse poder que temos sobre nós mesmas” (Relato de duas feirantes durante a roda de conversa).

Figura 4: Organização da feira em maio de 2024.



Fonte: Acervo do Grupo Colmeia, 2024.

O segundo problema relatado pelas feirantes é a dificuldade em conciliar o trabalho reprodutivo com o trabalho em seus empreendimentos e sua atuação nos processos

autogestionários. “O problema da autogestão é que o gerir é muito difícil, os papéis como gestoras não é só estar dentro da barraca ou produzir em casa. Você está deixando de dar atenção ao marido e filho. A mulher é muito cobrada” (Relato de feirante durante a roda de conversa). O trabalho doméstico, historicamente estigmatizado e desvalorizado, continua a ser visto como uma responsabilidade quase exclusiva das mulheres, gerando uma dupla jornada de trabalho que compromete o desempenho e a saúde dessas mulheres. Pelo relato, é notável como o ato de gerir vai além do ambiente da feira, afetando diretamente seus lares, seu tempo, sua rotina e seu desempenho enquanto responsáveis pela manutenção de seus lares.

Apesar dessas dificuldades, o ambiente das feiras e a construção cotidiana da EPS abre espaço para a construção de redes de solidariedade entre mulheres que operam na função de cuidadoras e que passam a se apoiar mutuamente a fim de enfrentar as dificuldades econômicas e sociais geradas pela divisão do trabalho. Essa solidariedade é uma forma de resistência que fortalece essas mulheres que buscam autonomia e reconhecimento fora dos limites do lar. Pôde-se observar de perto essa dinâmica em mais de uma edição da feira da FACE, uma vez que mulheres trabalharam acompanhadas de seus(as) filhos(as) devido a falta de uma rede de apoio ou um local adequado de cuidado infantil para que elas pudessem trabalhar. Frente a essa situação, o grupo percebeu uma movimentação de solidariedade entre os próprios participantes, acolhendo essas mulheres e auxiliando-as durante o trabalho, prestando apoio e dividindo tarefas, inclusive de cuidado infantil. Nesse contexto, fica claro a importância da dinâmica de politização da reprodução, que transcende as tarefas impostas pelo modelo familiar heteronormativo e restritivo (GAGO, 2019).

É importante ressaltar também a dificuldade que muitos homens têm em aceitar a independência e a liderança das mulheres, o que reflete uma resistência cultural e social vinculada a uma estrutura patriarcal que ainda vê as mulheres em posições de subordinação, mesmo em espaços que buscam ser inclusivos e igualitários. A resistência masculina, no entanto, deve ser situada diante uma dinâmica mais ampla que busca manter as mulheres em posições de dependência e subordinação, tanto no lar quanto no trabalho. O não reconhecimento das mulheres como líderes autônomas reflete a mesma lógica que invisibiliza e desvaloriza o trabalho doméstico realizado por elas. Veronica Gago e Silvia Federici ajudam a entender que, ao invisibilizar o trabalho doméstico, o capitalismo reforça a ideia de que as mulheres não são dignas de ocupar espaços de poder e liderança. Quando as mulheres desafiam essa norma, como no caso das feirantes que buscam se impor e liderar, elas enfrentam não apenas resistência individual masculina, mas também subvertem a lógica de uma estrutura que se beneficia de sua subordinação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou analisar as relações de gênero na Feira de EPS da FACE-UFMG, projeto de extensão de longa duração do grupo Colmeia. As rodas de conversa promovidas durante as edições da feira desde o segundo semestre de 2023 até o presente momento criaram um ambiente de reflexão sobre as questões de gênero no contexto da autogestão e da economia solidária. As mulheres que participam da feira, apesar de serem maioria, ainda enfrentam desafios

relacionados à conciliação entre o trabalho produtivo e o trabalho doméstico não remunerado, refletindo as desigualdades de gênero e a reprodução de atitudes patriarcais da sociedade.

Nesse sentido, embora a feira seja um espaço que busca promover equidade, inclusão e autonomia, as desigualdades de gênero ainda persistem, refletindo uma estrutura social que historicamente marginaliza o trabalho das mulheres, tanto no âmbito do trabalho quanto no lar. Também pode-se concluir que a fundamentação teórica presente neste artigo colabora de maneira fundamental para a síntese entre a prática e a teoria na EPS. É válido dizer que a Economia Feminista oferece ferramentas de muita importância para entender como o trabalho reprodutivo não remunerado é central para a manutenção do sistema capitalista e, por extensão, para a estruturação de práticas econômicas, mesmo em contextos solidários. Portanto, as conclusões apontam para a necessidade de incorporar uma perspectiva de gênero mais crítica nos processos de autogestão e nas práticas da EPS. Isso inclui promover discussões contínuas sobre as desigualdades de gênero, fortalecer a participação e liderança das mulheres, e reavaliar as práticas organizacionais para garantir que elas realmente reflitam os princípios de igualdade e solidariedade que fundamentam a EPS.

Por outro lado, observa-se que o processo de autogestão, quando alinhado ao olhar da Economia Feminista, se torna uma ferramenta de transformação social. As feiras da EPS, ao trazerem essas discussões em suas práticas como nas rodas de conversa, não só contribuem para a construção de um espaço mais inclusivo e equitativo, mas também desafiam as estruturas tradicionais de poder dentro dos espaços de atuação. O contexto situado da Feira nos permite observar a potência e os desafios da atuação feminina na EPS, bem como algumas continuidades e descontinuidades atualmente presentes entre EPS e Economia Feminista. A partir desses relatos, pode-se observar em que medida as desigualdades de gênero persistem no campo da EPS e de que maneira os princípios da EPS possibilitam a superação dessas desigualdades, compreendendo esse processo em seus aspectos transformadores e contraditórios. Ao promover a participação ativa das mulheres e trazer como tema das discussões as relações de gênero, a Feira de EPS da FACE-UFMG se afirma enquanto um exemplo de como a economia popular e solidária pode atuar buscando compreender as dificuldades enfrentadas pelas feirantes a fim de mitigar as desigualdades de gênero e a divisão desigual do trabalho.

REFERÊNCIAS

- CARRASCO, Cristina. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. (Orgs.). Cadernos Sempreviva. A produção do viver. São Paulo, n. 8, p. 11-43, dez. 2003.
- CARRASCO, Cristina. Sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?. In: FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam (Orgs.). A produção do viver: ensaios de economia feminista. São Paulo: SOF, 2003, p. 11-49.
- CLEPS, Geisa; MARQUES, Lidiane; VASCONCELOS, Andrea. Reflexões sobre o papel das mulheres na economia solidária. Extensão, Uberlândia, Ed. especial, p. 53-63, maio de 2020.
- FERNANDES, Bruno S.; DINIZ, Sibelle C.. Para uma multiplicação dos imaginários e das formas de fazer economia: a experiência do Colmeia - Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Economia Popular e Solidária da FACE/UFMG. ORG & DEMO, v. 23, n. 1, p. 117-136, 2022.
- FEDERICI, Silvia. O Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Editora Elefante, 2017.
- FEDERICI, Silvia. O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo (v. 1). Boitempo Editorial, 2021.
- GAGO, V. La potencia feminista. O el deseo de cambiarlo todo. Buenos Aires: Tinta Limón, 2019.
- GUE RIN, Isabelle. As mulheres e a economia solidária. São Paulo: Loyola, 2005.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas, p. 55-63, 2003.
- HILLENKAMP, Isabelle; GUÉRIN, Isabelle; VERSCHUUR, Christine. Cruzando os Caminhos da Economia Solidária e do Feminismo: Passos para uma convergência necessária. Revista Economía, v. 69, n. 109, dossier: La Economía Social y Solidaria. Contribuciones a su conceptualización, mai. 2017, p. 43-60.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. On the colonality of being: contributions to the development of a concept". Cultural Studies, v. 21, n. 2-3, p. 240-270, 2007.
- MARTINS, José de Souza. Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

SANDERS, J. Trabalho e reprodução social nas margens: contribuições da Teoria da Reprodução Social para uma articulação entre Economias Populares e Feministas. Mimeo. 2024.

SANTOS, Graciete. Economia Solidária e Feminista: um encontro possível. Cadernos Feministas de Economia e Política, n. 5, p. 69-90, 2010.

SIMON, Vanessa P; BOEIRA, Sérgio L. Economia social e solidária e empoderamento feminino. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, v. 53, n. 3, set/dez. 2017, p. 532-542.

SIMON, Vanessa P. Economia feminista, economia social e solidária, paradigma paraeconômico: Repensando o paradigma hegemônico e a importância das mulheres. Textos de Economia, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 23, n. 1, jan./jul. 2020, p. 1-29.

SINGER, Paul I. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.